



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A VISÃO DISCRIMINATÓRIA E ESTEREOTIPADA SOBRE O NEGRO NO CONTEXTO ESCOLAR

Autor: Sebastian Ramos; Coautora: Elaine dos Santos Licori; Orientadora: Antonia Angelina Basanella Utzig

Faculdade de Educação de Tangará da Serra-FAEST

Mestrando em Educação
professorsebastian@hotmail.com

Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional
lainelicori@hotmail.com

Mestre em Educação
toninha1970@hotmail.com

Resumo: A discriminação está presente em nossa sociedade mesmo que muitas vezes sua existência seja negada. A escola sendo parte desta sociedade traz em seu contexto vestígios de preconceito atrelado a estereótipos em torno da população negra. Assim sendo, o presente artigo, tem como objetivo central indagar a forma como é tratada a discriminação racial no espaço escolar. Para a realização deste, utilizou-se referencial bibliográfico que trata principalmente sobre as segregações sofridas pelo negro no passado e no presente, sobre os estereótipos e as manifestações racistas vivenciadas no espaço escolar. O trabalho torna-se relevante pelo intuito de buscar meios que possam contribuir para a superação de atitudes racistas no espaço escolar, visto que, a discriminação racial muitas vezes se dá de forma silenciosa provocando danos na vida daqueles que são discriminados. Observou-se que os alunos negros convivem com a desvalorização e com os estigmas difundidos no cotidiano das instituições através de estereótipos, ficando evidente a necessidade de se quebrar o silêncio adotando práticas pedagógicas voltadas à valorização do ser humano.

Palavras chaves: Discriminação racial, estereótipos, espaço escolar.

Introdução: O artigo proposto traz à tona a temática da discriminação racial no ambiente escolar, onde a criança negra se defronta com o preconceito que se dá muitas vezes de forma velada. As múltiplas representações construídas em torno do negro interferem nas relações estabelecidas no ambiente escolar, visto que a escola de forma consciente ou não acaba por rejeitar padrões não brancos.

Nesse sentido, para a elaboração deste trabalho, adotou-se como metodologia à pesquisa qualitativa, além de pesquisa na modalidade bibliográfica, tendo como base o pensamento de vários teóricos, sendo os principais: Fernandes (2008), Gomes (2002);



Parâmetros Curriculares Nacionais – (PCN) de Pluralidade Cultural e Orientação Sexual (2000) e Telles (2003), além da legislação que trata sobre a temática.

A construção da pesquisa se apresenta primeiramente trazendo os conceitos de estereótipos, preconceito e discriminação racial, englobando o mito da democracia racial. Posteri o ambiente escolar e os estereótipos que colaboram para a discriminação racial, consta como os estereótipos se manifestam no espaço escolar.

Conceitos de Estereótipos, Preconceito e Discriminação Racial

Ao longo da História, foi a partir da difusão de estereótipos que se propagou uma visão simplificada e negativa do povo negro, tidos como: Selvagens, feios, sujos, maus, pobres, desonestos, incapazes; criando-se assim um bem branco e o mal negro.

Desta forma, o estereótipo corresponde:

A uma visão simplificada de uma pessoa (ou de um grupo de pessoas) que constrói uma ideia negativa a respeito de outra pessoa (ou de um grupo de pessoas) seja pelo pertencimento étnico-racial, pela religião, pela classe social, pela opção sexual, pela idade, etc. dessa outra pessoa (SILVA, 1995, p.43).

De acordo com Bento (1998), o estereótipo pode ser definido como algo que funciona como um carimbo, a partir do qual a pessoa é vista sempre através de uma marca, pouco importando como realmente ela seja. Esta visão simplificada surge a partir de julgamentos, onde o indivíduo acaba eternizando um conceito negativo de inferioridade sobre o “outro”.

Algumas frases demonstram estereótipos vinculados aos negros, presentes no nosso cotidiano: “Ele é negro, mas é esforçado”, “Ele é pretinho, mas, é educado”, “Os negros que não fazem na entrada, fazem na saída”, entre tantas outras.

Sendo carregado de valores e de estigmas, os estereótipos levam a manifestação e a prática do preconceito. Neste sentido, Sant’ Ana (2005) conceitua o preconceito como:

Uma opinião preestabelecida, que é imposta pelo meio, época e educação. Ele regula as relações de uma pessoa com a sociedade. Ao regular, ele permeia toda a sociedade, tornando-se uma espécie de mediador de todas as ações



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

humanas. Ele pode ser definido também como uma indisposição, um julgamento prévio, negativo, que se faz de pessoas estigmatizadas por estereótipos. Aqui está uma lista de alguns preconceitos clássicos, que estão bem inculcados em nosso cotidiano: Toda sogra é chata, todos os homens são fortes, toda mulher é frágil, todos os políticos são corruptos, toda criança negra vai mal na escola, o negro é burro, toda loira é burra (SANT' ANA, 2005, p.62).

Por meio do preconceito, atitudes de hostilidade se desenvolvem contra o povo negro, visto que, é a partir de uma ideia preconcebida, que se instala a intolerância ao diferente. “Estes preconceitos, aos poucos, vão se transformando em posições diante da vida, ao se espalharem nas relações interpessoais, carregando consigo outros subprodutos do modelo social vigente nas diferentes sociedades: os estereótipos e a discriminação” (SANT' ANA, 2005, p.63).

Além disso, é importante destacar a distinção entre preconceito e discriminação. Em entrevista à revista *pátio* (2013, p.42), a doutora em educação Lucimar Rosa Dias¹, definiu a discriminação “[...] como uma atitude ou ação que objetiva diferenciar, distinguir um grupo com base em ideias preconceituosas”, ou seja, a discriminação assume um papel excludente e seletivo, pois rejeita os padrões culturais e étnicos dos não brancos.

Desta forma, a discriminação pode ser compreendida como

A tradução prática, a exteriorização, a manifestação, a materialização do racismo, do preconceito e do estereótipo. Como o próprio nome diz, é uma ação (no sentido de fazer deixar fazer algo) que resulta em violação dos direitos (PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 1998, p. 15).

Lopes (2005) aponta os males causados por indivíduos que possuem ideias preconceituosas e discriminantes, visto que, constroem em seu imaginário um conceito negativo do “outro”, isto é, menospreza outras pessoas, grupos sociais, povos ou nações; desrespeita aquele ou aquilo que considera diferente e, por isso, inferior, domina, subjuga, tem mania de superioridade se considerando o detentor do poder, gerando conflito e intolerância. Cabe ressaltar que a discriminação acaba por sobrevalorizar determinadas

¹ Lucimar Rosa Dias é doutora em educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e consultora do Centro de estudo das Relações de Trabalho e Desigualdade (Ceert).



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

culturas, tidas como superiores. Para o Estatuto da Igualdade Racial Lei Nº 12.288, de 20 de julho (2010), discriminação racial ou étnico-racial corresponde a:

Toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada;

Nesse sentido, a discriminação racial funciona no meio social como a anulação da pessoa negra, que depara em seu dia a dia com a falta de oportunidades oriundas do seu pertencimento étnico-racial.

O Mito da Democracia Racial

Em nosso país difundiu-se durante muito tempo o mito da democracia racial, como se brancos e negros vivessem em perfeita sintonia, convivendo de forma harmoniosa, ou seja, uma sociedade livre do racismo e de conflitos raciais. A ideia da democracia racial propagou-se pelo Brasil, tendo a visão da miscigenação neste contexto como sendo positiva, gerando assim um nacionalismo necessário para a modernização brasileira.

Este pensamento foi defendido por Gilberto Freyre no livro *Casa Grande e Senzala* (1998) em que estabelece uma relação harmoniosa entre o escravo e o senhor. Segundo nos orienta Telles (2003):

Apesar de não ter criado o termo e de os elementos do conceito já terem sido promovidos bem antes, Freyre expressou, popularizou e desenvolveu por completo a ideia da democracia racial que dominou o pensamento sobre raça dos anos 30 até o começo dos 90. Freyre argumentava que o Brasil era único dentre as sociedades ocidentais por sua fusão serena dos povos e culturas europeias, indígenas e africanas. Assim, ele sustentava que a sociedade brasileira estava livre do racismo que atingia o resto do mundo [...] Freyre transformou tal contraste num aspecto central do nacionalismo brasileiro, conferindo-lhe um status científico, literário e cultural que duraria pelo menos até a década de 80 (TELLES, 2003, p.50).



Esta democracia racial foi questionada por pesquisadores brasileiros na década de 50, a pedido da UNESCO, onde o sociólogo Florestan Fernandes trará à tona novos pressupostos sobre a harmonia racial brasileira. Através de suas pesquisas demonstrará a democracia racial como um mito, algo irreal que não condizia com a realidade da época.

Na ânsia de prevenir tensões raciais hipotéticas e de assegurar uma via eficaz para a integração gradativa da “população de cor” fecharam-se todas as portas que poderiam colocar o negro e o mulato na área dos benefícios diretos do processo de democratização dos direitos e garantias sociais. Pois é patente a lógica desse padrão histórico de justiça social. Em nome de uma igualdade perfeita no futuro, acorrentava-se o “homem de cor” aos grilhões invisíveis do seu passado, a uma condição sub-humana de existência e uma disfarçada servidão eterna [...] O mito da democracia racial germinou longamente aparecendo em todas as avaliações que pintavam o jugo escravo como contendo “muito pouco fel” e sendo suave doce e cristãmente humano. Todavia, tal mito não possuía sentido na sociedade escravocrata e senhorial. A própria legitimação da ordem social, que aquela sociedade pressupunha, repelia a ideia de uma “democracia racial”. Que igualdade poderia haver entre o “senhor”, o “escravo” e o “liberto”? (FERNANDES, 2008, p.309).

Nesse sentido, Fernandes (2008) argumenta que o mito da democracia racial isentou o branco de qualquer obrigação, responsabilidade ou solidariedade moral, de alcance social e de natureza coletiva, perante os efeitos sociopáticos da espoliação abolicionista e da deterioração progressiva da situação socioeconômica do negro e do mulato, ou seja, o mito se caracterizou como uma barreira ao progresso da população negra brasileira. No entanto, cabe ressaltar que o autor acreditava que a inferioridade do negro se daria em razão da escravidão, o qual o mesmo havia sido submetido, para ele o capitalismo proporcionaria o fim das diferenças raciais e a inclusão do negro na sociedade de classes. Para o autor Roberto Da Matta (1987), o mito da democracia racial no Brasil está vinculado a fábula das três raças e no “racismo a brasileira” enfatizando ainda que com a abolição da escravatura (1888) houve um abalo das hierarquias sociais em nosso país. Portanto, para Da Matta (1987, p.79).

Se o negro e o branco podiam interagir livremente no Brasil, na casa grande e na senzala, não era porque o nosso modo de colonizar foi essencialmente mais aberto e humanitário, mas simplesmente porque aqui o branco e o negro tinham um lugar certo e sem ambiguidades dentro de uma totalidade hierarquizada muito bem estabelecida.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O mito da democracia racial colaborou para que o racismo em nossa sociedade fosse encoberto, para eternizar ainda mais o preconceito e a desvalorização da população negra brasileira, sendo utilizado para subordinar uma cultura à outra “O mito da democracia racial é uma forma brasileiríssima de controle social” (SANTOS, 1984, p.45).

Na visão dos Parâmetros Curriculares Nacionais – (PCN) de Pluralidade Cultural e Orientação Sexual (2000) o mito da democracia racial, apresenta o Brasil como um país de “braços abertos” onde todos seriam aceitos e valorizados, no entanto, é através desse mito que discriminações praticadas com base em diferenças, ficam ocultas sob o manto de uma igualdade que não se efetiva. Este acobertamento a práticas discriminatórias empurrou o negro para o sofrimento e exclusão da sociedade, seja no passado como no presente. Importante também é estabelecer as semelhanças existentes entre a teoria do branqueamento (fins do século XIX e início do século XX) e a democracia racial (dos anos 30 aos anos 80) que mesmo tendo existido em períodos distintos possuem traços comuns:

O branqueamento e a democracia racial, os dois pilares da ideologia racial do Brasil, estão profundamente enraizados numa crença de que a miscigenação é um fato Histórico que torna o Brasil único. Parte-se da crença de que a miscigenação seria um fator de degeneração responsável pelo atraso brasileiro (grande parte do século XIX), evoluindo para a ideia de branqueamento através da miscigenação como solução genética para esse atraso (fins do século XIX e início do século XX), e depois para a visão da miscigenação como valor positivo e prova da democracia do Brasil dos anos 30 aos anos 80 (TELLES, 2003, p. 62- 63).

A ideologia do branqueamento continua arraigada em nossa sociedade, guiando o pensamento de muitos brasileiros, pois, o negro continua a ser excluído, e os padrões brancos ainda são tidos como superiores, contribuindo para que muitos negros neguem sua identidade. Quanto à democracia racial a mesma é vista por alguns estudiosos como algo do passado, já que, ao desmistificar sua existência se conseguiu reconhecer o racismo e a desigualdade racial na sociedade brasileira, alcançando meios de reparação.



O Ambiente Escolar e os Estereótipos que Colaboram Para A Discriminação Racial

O contexto escolar corresponde a um ambiente multifacetado, é ao mesmo tempo rico e complexo. Rico por ser um lugar onde nos deparamos com uma grande diversidade étnica, pois, a escola constitui-se em um espaço de socialização, interação entre diferentes grupos, e complexo, porque a interação entre pessoas tão diferentes propicia o surgimento de conflitos, dentre eles os de origem étnica-racial.

Etnia ou grupo étnico designa um grupo social que se diferencia de outros por sua especificidade cultural. Atualmente o conceito de etnia se estende a todas as minorias que mantêm modos e formações de ser distintos e formações que se distinguem da cultura dominante. Assim os pertencentes a uma etnia partilham de uma mesma visão de mundo, de uma organização social própria, apresentam manifestações culturais que lhe são características (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – (PCN) DE PLURALIDADE CULTURAL E ORIENTAÇÃO SEXUAL, 2000, p.45).

Mesmo sendo um espaço de formação, de construção da cidadania a escola se depara com conflitos ocasionados pela não aceitação do “outro”, onde os alunos negros são discriminados por sua condição étnico-racial, hostilizados de forma estereotipada. Em relação à escola como difusora da discriminação racial, Alexandre (2010, p.18) destaca que:

A escola mostra seu lado mais perverso quando se trata de diferenças raciais. Os traços fenotípicos são motivos de xingamentos e humilhação, principalmente em relação às meninas, pois elas, durante o ensino fundamental, atravessam a fase da pré-adolescência e como todas as garotas valorizam sobremaneira a aparência. Os lábios e nariz são alvos de piadas, os cabelos crespos são percebidos como “desarrumados”, motivos para que os estudantes negros sejam expostos as diferentes formas de humilhações: cabelo de Bombril, assolam, bucha de canhão, são algumas das ofensas comuns já presenciadas no espaço escolar.

Nesse mesmo sentido, Rodrigues (1988) estabelece que a escola pública brasileira, embora se diga democrática, aberta a todos os segmentos da sociedade, proporcionando igualdade de oportunidades e ascensão social a todas as crianças, não tem efetivado na prática



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

o cumprimento de seus ideais. No seu cotidiano, a instituição escolar geralmente exclui um elevado número de alunos. Nesta exclusão estão crianças negras consideradas inferiores tanto fisicamente como intelectualmente tidas como menos inteligentes, se não aprendem é por serem “preguiçosos”.

Por essa razão, a escola acaba por reproduzir a discriminação racial, uma vez que, atitudes discriminatórias se manifestam na forma como se privilegia os alunos brancos. Telles (2003) enfatiza que muitos professores de forma consciente ou não, acabam por investir em crianças de pele mais clara, por acreditar que elas são mais propensas a alcançar sucesso, ou seja, de se destacar nos estudos, visto como os melhores. Esta baixa expectativa por parte de alguns professores, com relação à aptidão ao ensino dos alunos negros, pode colaborar para que se crie um perfil do aluno negro como menos inteligente, onde o aluno tenderá a sofrer ofensas e apelidos com sentido conotativo, como “burro” um estereótipo utilizado que exclui a criança negra caracterizando-a como incapaz. Essa representação se eternizada poderá levá-lo ao desinteresse e a evasão escolar. Para Alexandre (2010), na escola há diferentes momentos que envolvem os estudantes, por exemplo, as apresentações. No entanto, crianças não brancas raramente são escolhidas para esse tipo de atividade e quando o são, não recebem papéis de destaque. Também é comum em situações corriqueiras na sala de aula como o ajudante do dia, a escolha por crianças brancas. Atitudes como estas por parte do educador influenciam negativamente na autoestima da criança negra, que acaba se sentindo inferior, pois apesar de serem atividades simples as mesmas são valorizadas pelos alunos.

Desta forma, pode-se verificar como o despreparo do educador tende a colaborar para a propagação da discriminação racial.

Não precisamos ser profetas para compreender que o preconceito incutido na cabeça do professor e sua incapacidade em lidar profissionalmente com a diversidade, somando-se ao conteúdo preconceituoso dos livros e materiais didáticos e às relações preconceituosas entre alunos de diferentes ascendências étnico-raciais, sociais e outras, desestimulam o aluno negro e prejudicam seu aprendizado. O que explica o coeficiente de repetência e evasão escolar altamente elevado do alunado negro, comparativamente ao do alunado branco (MUNANGA, 2005, p.16).



Além disso, ainda no tocante ao livro didático que é um instrumento que traz em seu contexto conteúdos carregados de conceitos e ideias tendo, portanto, uma intencionalidade e constituindo-se, em uma ferramenta formadora de opinião. Ao ver sua imagem vinculada a estereótipos negativos, apresentados de forma submissa, em trabalhos de menos prestígio, associado ao mal, ao sujo, representados como minoria e inferior em nossa sociedade, o aluno negro tenderá a negar sua identidade. Segundo Souza, (2006 *apud* FROEHLICH, 2012, p.62).

A identidade refere-se à imagem que as pessoas têm de si próprias e que os outros têm delas. Os elementos fundamentais na elaboração de identidade são a língua que o povo fala, o lugar em que vive, um passado comum, os valores em que todos acreditam, ou deveriam acreditar. As identidades de uma pessoa podem ser muitas e mudam ao longo da sua vida. Elas servem para que as pessoas se sintam parte de um grupo, com semelhanças entre si, e que se diferenciem das pessoas que fazem parte de outros grupos, com outras características. As identidades servem para que os membros de um grupo se identifique uns com os outros e para que os outros os identifique como membro de um grupo distinto.

Desta forma, é possível perceber que a identidade de um indivíduo se constrói nas relações sociais. Para Gomes (2005), estabelecer uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio. Ao ser estigmatizada com estereótipos negativos sofrendo ofensas, ironias em razão de sua aparência e da sua cor de pele, sendo chamado de “macaco”, “tiziú”, “urubu”, “nega do cabelo duro” ou “Bombril”; como uma criança negra poderá gostar ou se identificar como negra? A partir disso, é perceptível o quanto a escola brasileira necessita refletir e desenvolver ações que tenham como foco desmistificar a visão do negro vinculada a escravidão, o qual ainda persiste em nossa sociedade e no espaço escolar. Nota-se que as escolas necessitam sair do silêncio, reconhecer que existe no espaço escolar discriminação racial e a mesma necessita ser combatida.

Conforme consta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB):

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Desse modo, a educação não é excludente, ao contrário, a LDB é bem clara: “Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; [...] IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância”, no entanto, esse direito garantido pela legislação nem sempre se efetiva na prática.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004), a educação constitui-se um dos mecanismos fundamentais de transformação de um povo e é papel da escola, de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano na sua integralidade, estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias, ou seja, a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade, abrindo caminhos para a ampliação da cidadania de um povo percebe se isso pois “o Brasil é, sem sombra de dúvida, o país mais rico em sua cultura, diversidade e etnia” (FROEHLICH 2012, p.63).

É dando visibilidade aos negros, tirando-os da visão degradante que lhe foi atribuída que a escola terá condições de atingir o seu foco, formar cidadãos que prezem pelo respeito mútuo e valorizem o ser humano independente de sua raça ou cor.

Conclusão

A população negra foi ao longo da história vítima de discriminação e preconceito, foram muitas as segregações sofridas por esse povo desde a escravidão à sua libertação sem suporte algum à sua sobrevivência. Diante das evidências, verificou-se que os objetivos específicos que nortearam o desenvolvimento da pesquisa foram constatados haja vista, que em vários momentos da pesquisa foram apresentados referenciais bibliográficos que trataram sobre as segregações sofridas pelo negro no passado e no presente sob a ótica do espaço escolar. Como educadores necessitamos aflorar nosso olhar pedagógico para a questão negra, levando para a sala de aula a realidade histórica vivenciada por esse povo. Construir relações interpessoais pautadas pelo respeito mútuo é um dos passos fundamentais para que se construa uma nação mais humana.



Além disso, é importante salientar quanto aos acontecimentos que marcaram a trajetória do povo negro, assim como determina as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004. p.21).

Datas significativas para cada região e localidade serão devidamente assinaladas. O 13 de maio, Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo, será tratado como o dia de denúncia das repercussões das políticas de eliminação física e simbólica da população afro-brasileira no pós-abolição, e de divulgação dos significados da Lei Áurea para os negros. No 20 de novembro será celebrado o Dia Nacional da Consciência Negra [...] Entre outras datas de significado histórico e político deverá ser assinalado o 21 de março, Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial.

É transmitindo aos alunos conhecimento em relação ao árduo caminho percorrido pelo povo negro, que se conseguirá romper com estereótipos arraigados em nosso imaginário, possibilitando ao segmento negro viver de forma mais digna sem ser hostilizado por seus traços físicos ou cor de sua pele.

Referencias

ALEXANDRE, Ivone Jesus. **Relações raciais no ensino fundamental**. In: _____. Estratégias de combate ao racismo. Cuiabá: UAB/EdUFMT, 2010.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas**. Brasília, 2004.

BRASIL. LEI Nº10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

DA MATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: O legado da raça branca**. 2. Ed. São Paulo: Globo, 2008.

FROELICH, José Nelson. **Educado para discriminar**. Tangará da Serra: Ideias, 2012.

GOMES, Nilma Lino; **Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural**. São Paulo: Revista Brasileira de Educação. Associação Nacional de Pós – Graduação e Pesquisa em Educação, 2002.

GOMES, Nilma Lino; Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In _____. **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº**



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. cap.1 p.39 - 62.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na Escola.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: **pluralidade cultural e orientação sexual.** Secretaria de Educação Fundamental – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Gráfica Brasília, 2000.

PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. **Gênero e Raça – todos pela igualdade de oportunidades:** teoria e prática. Brasília: MTb-a /Assessoria Internacional, 1998.

RODRIGUES, Maria Regina Nina. **Escola linguagem e seletividade no ensino de 1º grau.** São Luiz: UFMA, 1988.

SANT'ANA, Antônio Olímpio de. História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados. In _____. **Superando o racismo na escola.** Brasília: Ministério da educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. cap.2 p.39-68.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é o racismo.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

SILVA, Ana Célia da. **A discriminação do negro no livro didático.** Salvador: CEAO, CED, 1995.

TELLES, Edward Eric. **Racismo à brasileira:** Uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.